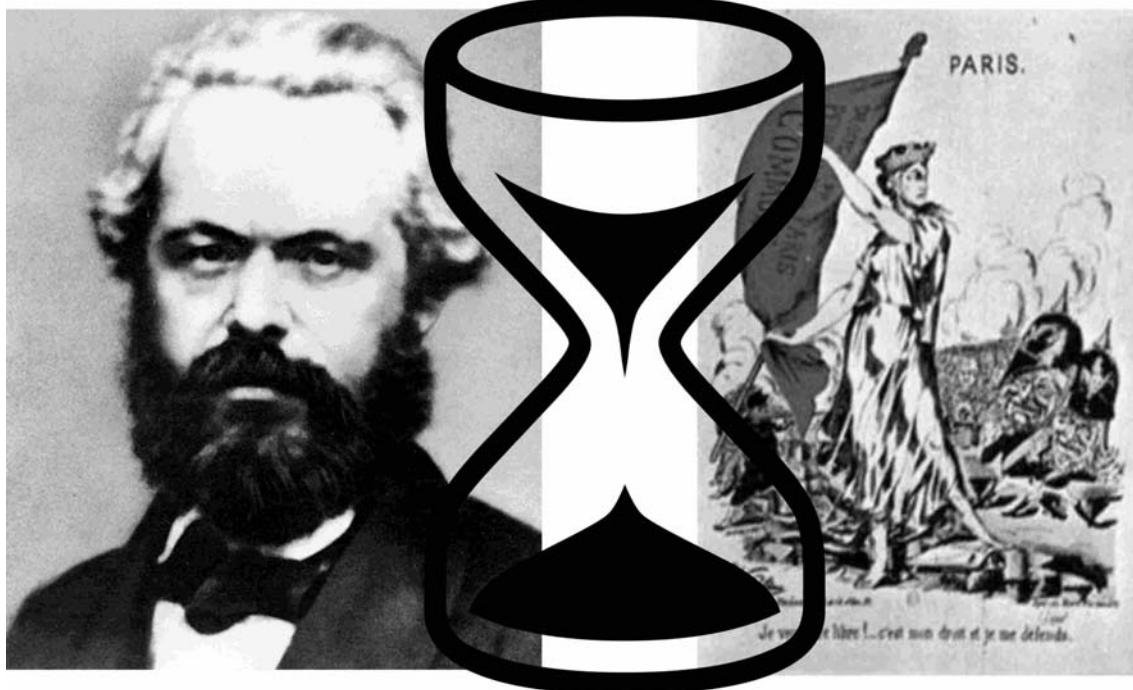


# **Revista Possibilidades**

Publicação do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista

Ano 01, nº 01, Jul./Set. de 2004.

<http://www.npm.cjb.net/>



## ÍNDICE

<b>Apresentação.....</b>	<b>03</b>
<b>Ciência, Ideologia e Axiologia.....</b> <b>Maria Angélica Peixoto</b>	<b>04</b>
<b>O Espetáculo Eleitoral.....</b> <b>Jean Isídio dos Santos</b>	<b>08</b>
<b>A Literatura Crítica-Progressiva de Lima Barreto.....</b> <b>Nildo Viana</b>	<b>10</b>
<b>O Capital, de Karl Marx.....</b> <b>Friedrich Engels</b>	<b>18</b>
<b>O Imperialismo da Razão Neoliberal.....</b> <b>Pierre Bourdieu &amp; Lóic Wacquant</b>	<b>24</b>

---

### EXPEDIENTE:

A Revista Possibilidades é uma publicação trimestral do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista, da UEG – Universidade Estadual de Goiás. Os artigos enviados espontaneamente devem ter de 5 a 15 páginas, margens padrão do Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entrelinhas simples. Os artigos devem ser enviados para o seguinte e-mail: [npmueg@terra.com.br](mailto:npmueg@terra.com.br) ou entregue com uma cópia em disquete e outra impressa no seguinte endereço: Av. JK, nº 146, Bairro Jundiáí, Anápolis-GO. Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente, o ponto de vista do NPM. Os artigos aprovados serão inseridos na revista de acordo com a pauta previamente estipulada e dentro dos critérios formais estabelecidos para tal, o que inclui data de recebimento do artigo, número máximo de artigos permitidos por número, adequação às normas de publicação aqui estabelecidas.

---

### Conselho Editorial:

Edmilson Ferreira Marques  
Fabíola Guimarães Vieira  
Fernando Lima Neves  
Flávio Pereira Diniz  
José Santana da Silva  
Leonardo Venícius Proto  
Lesley Jorge de Sousa  
Nildo Silva Viana (Editor-Responsável)  
Ovil Bueno Fernandes  
Uelinton Barbosa Rodrigues  
Veralúcia Pinheiro

---

Arte- capa: Nildo Viana  
Contato: [npmueg@terra.com.br](mailto:npmueg@terra.com.br)  
<http://www.npm.cjb.net/>  
Av. JK, nº 146, Bairro Jundiáí,  
Anápolis – Goiás.

---

# Apresentação

A **Revista Possibilidades**, em seu primeiro número, vem para ser um veículo de comunicação e divulgação do **NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista**, da UEG – Universidade Estadual de Goiás.

A necessidade de mais esta publicação é visível tendo em vista a dinâmica da sociedade contemporânea e a hegemonia do pensamento único de caráter neoliberal. Neste sentido, trata-se de mais uma publicação, entre outras, que vem para somar aos esforços de contribuir com as lutas pela transformação social.

A **Revista Possibilidades** também surge para atender a necessidades mais específicas, tal como a divulgação da produção do NPM, a divulgação de textos que contribuem com as suas linhas de pesquisa, a divulgação e recuperação do marxismo enquanto teoria crítica da sociedade capitalista.

Neste primeiro número, a **Revista Possibilidades** traz discussões que contemplam algumas de suas linhas de pesquisa. O texto *Ciência, Ideologia e Axiologia*, de Maria Angélica Peixoto, se insere na linha de pesquisa *Marxismo e Ciências Humanas* e traz uma importante contribuição para repensarmos o papel da ciência na sociedade contemporânea (realizando, portanto, um intercâmbio com a linha de pesquisa *Marxismo e Sociedade Contemporânea*). Este texto contribui para uma visão crítica da ciência que supera as posições positivistas em suas diversas variantes, inclusive nas contemporâneas. O texto de Jean Isídio dos Santos, *O Espetáculo*

*Eleitoral*, trata de uma temática atual e de importância indiscutível, principalmente tendo em vista que estamos em um ano eleitoral e se insere na linha de pesquisa *Marxismo e Sociedade Contemporânea*. O texto sobre eleições abre perspectivas para uma visão crítica do processo eleitoral e seu papel na sociedade contemporânea.

Já o texto sobre A Literatura Crítica-Progressiva de Lima Barreto, que se insere na linha de pesquisa *Marxismo e Cultura*, abre espaço para se analisar a obra literária de um dos grandes nomes de nossa literatura a partir da perspectiva marxista.

O texto traduzido de Engels contribui para a análise do marxismo e da análise de Karl Marx a respeito do modo de produção capitalista, pois apresenta um resumo da sua grande obra, *O Capital*. E o texto de Pierre Bourdieu é uma crítica aos modismos intelectuais que também revela aspectos de seu processo social de engendramento. O imperialismo cultural norte-americano que domina amplamente a produção cultural e ideológica brasileira. São textos complementares, pois um coloca a essência do modo de produção capitalista e o outro aponta para sua manifestação concreta e histórica atual, estando, pois, relacionados.

Enfim, este é um apanhado geral do número 01 da **Revista Possibilidades**, o primeiro de uma série que esperamos que seja duradoura.

Nildo Viana

# Ciência, Ideologia e Axiologia

*Maria Angélica Peixoto*

O desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade capitalista está intimamente relacionado com os valores e as idéias dominantes (axiologia e ideologia, respectivamente), que correspondem aos interesses da classe dominante. A ideologia e a axiologia fornecem a base de sustentação para a prática da classe dominante que busca se perpetuar no poder e manter a hegemonia sobre as demais classes sociais.

O poder da classe dominante obstrui o livre desenvolvimento humano... Suas atitudes enquanto classe é de aprisionamento e não de liberdade: lançar uma cortina de fumaça sobre a visão das demais classes sociais é seu objetivo primordial na esfera da cultura e da consciência. Ofuscar ao invés de clarear é o que garante a existência física, material e espiritual desta classe. É claro que todo este processo não é, geralmente, planejado maquiavelicamente e intencionalmente pela classe dominante, mas sim através da manifestação dos seus interesses imediatos e da lógica de reprodução do capitalismo, que são correspondentes.

O presente trabalho propõe as implicações na vida social deste poder e sua relação direta com o conhecimento técnico-científico. O conhecimento científico é desenvolvido e aplicado para sustentar a dominação da burguesia. Esta obstrui toda forma de desenvolvimento que seja contrária aos seus objetivos e que ponha em risco sua dominação. Assim como a teologia obstruía o desenvolvimento do conhecimento na Idade Média, hoje a própria ciência obstrui a superação da “falsa consciência”, impedindo a liberdade de expressão das classes trabalhadoras, ofuscando o que para ela é o “câncer” da vida social: a luta

de classes. Neste sentido, não é apressado afirmar que a ciência e a tecnologia hoje são expressão do projeto histórico-social da burguesia e por mais contraditório que pareça, a comunidade científica está envolvida até o pescoço com este projeto.

Segundo Viana e inúmeros outros autores, a ciência e a técnica não são neutras (Viana, 2002; Marcuse, 1982; Habermas, 1988) e muito menos estão livres dos valores dominantes, da axiologia. O desenvolvimento científico e técnico faz parte de um projeto histórico-social específico que é expressão dos interesses da classe dominante. Extraímos do texto *A Questão dos Valores*, de Viana, as seguintes considerações que dão conta de colocar esta questão e problematizá-la com profundidade:

Herbert Marcuse realizou um estudo *interessante* sobre a ciência e a técnica. Ele chegou à conclusão de que a ciência e a técnica são corporificações de projetos sócio-históricos. A técnica e a ciência não são neutras. A crítica da suposta neutralidade científica já é antiga. O que Marcuse apresentou de novo foi a crítica da neutralidade da técnica (Viana, 2002, p. 92).

Segundo Marcuse, a noção de neutralidade da tecnologia não se justifica mais, pois ela não pode ser isolada do uso que é dado a ela. A forma como a sociedade se organiza apresenta uma escolha entre alternativas históricas, escolha que resulta do jogo dos interesses dominantes. Segundo Marcuse,

*Ela antevê maneiras específicas de utilizar o homem e a natureza e rejeita outras maneiras. É um “projeto” de realização entre outros. Mas, assim que o projeto se torna operante nas instituições e relações básicas, tende a tornar-se exclusivo e a determinar o desenvolvimento da sociedade em seu todo. Como um*

*universo tecnológico, a sociedade industrial desenvolvida é um universo político, a fase mais atual da realização de um projeto histórico específico – a saber, a experiência, a transformação e a organização da natureza como mero material de dominação. Ao se desdobrar, o projeto molda o universo da palavra e da ação, a cultura intelectual e material. No ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política (Marcuse, apud. Viana, 2002, p. 92).*

Após colocar a tese de Marcuse o autor continua:

No caso da sociedade capitalista, a ciência, a técnica, a tecnologia, são todas axiológicas. A ciência, como saber sistemático, não só é axiológica como também ideológica. A velha tese positivista da neutralidade da ciência não tem o menor fundamento na realidade. Basta lermos alguns trechos dos cientistas para vermos uma explosão de valores (dominantes...), inclusive daqueles que defendem a neutralidade e se dizem neutros. Serão necessários alguns exemplos? Peguemos o sociólogo Durkheim, aquele que se dizia neutro e fez o elogio da divisão social do trabalho, da educação social contra o indivíduo egoísta, do capitalismo contra o socialismo e assim por diante. Mas podemos falar de outro sociólogo, Max Weber, que criticou a burocracia e falou do “desencantamento do mundo” que defendeu o indivíduo e sua ação com sentido contra a racionalização do mundo. Podemos também citar outros: Darwin e o valor da competição, da sobrevivência dos mais fortes, etc.; Adam Smith e o elogio da divisão social do trabalho e do indivíduo; e assim por diante. Os cientistas apresentam algumas valorações específicas em contraste com outros grupos sociais: a ciência e a técnica são transformadas em valores fundamentais, por eles. A ciência é axiológica por natureza. A técnica também, tal como colocou Marcuse (Viana, 2002, p. 92).

A ciência e a tecnologia (ciência aplicada) se desenvolveram e se

desenvolvem no seio da sociedade capitalista. A ciência é uma ideologia<sup>1</sup> carregada de significações que lançam uma cortina de fumaça ofuscando as razões que estão na sua base: proteger os interesses dos dominantes e perpetuá-los como classe, garantindo o poder de classe através desta inversão da realidade.

O conhecimento científico só vai aonde a classe capitalista permite, tal classe tem o poder de impor-se às demais classes, através do seu aparato repressivo, poder econômico e cultural. Quando um saber surge no seio da classe trabalhadora e tenta negar a hegemonia burguesa, esta última se arma para protelar seu poderio. A comunidade científica movimenta-se no sentido de negar o novo conhecimento ou então expropriá-lo, caso sua utilização seja vantajosa.

A ciência, assim como a filosofia na Idade Antiga e a teologia na Idade Média, são expressões dos interesses da classe dominante. Todas estas formas de conhecimento surgiram para legitimar uma rígida divisão social do trabalho. A filosofia (na Idade Antiga) foi expressão da cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. O trabalho manual era apenas para escravos e o trabalho intelectual para os homens livres. Esta cisão contribuía com a dominação da classe senhorial sobre as demais. O mesmo ocorreu no feudalismo, pois a teologia surgiu como justificativa do poder feudal e se baseava na idéia de que o clero era “iluminado” por Deus, e representava este na Terra. Aos servos, segundo esta ideologia, Deus dedicou o árduo trabalho manual e aos iluminados as “glórias de Deus”, indicando para tais iluminados o papel de mediador entre os “impuros” e Deus. Tais ideologias, disseminadas nestes períodos,

---

<sup>1</sup> Por ideologia entendemos uma sistematização da falsa consciência provocada pelos interesses da classe dominante que possui uma “base real”, que, no entanto, é apresentada de forma invertida mas devido a isto não é pura falsidade, embora o seja predominantemente.

garantiram a hegemonia dos senhores de escravos e dos senhores feudais.

Hoje, no capitalismo, a ciência cumpre o mesmo papel: a comunidade científica, através de um conjunto de idéias, práticas, etc., indica os caminhos mais prósperos e lucrativos para a classe dominante. O conhecimento é expropriado das classes exploradas e é organizado em rígidos sistemas fundamentados em métodos e técnicas que asseguram o seu controle e monopólio. Os resultados dos processos de conhecimento beneficiam fundamentalmente a classe dominante e só é permitido desenvolver conhecimento que não ameace a hegemonia desta classe. A comunidade científica reproduz, inclusive para garantir sua própria sobrevivência enquanto tal, os interesses da classe dominante.

Mas como negar as “grandes contribuições” realizadas pela ciência, tal como o crescimento da produção, as vacinas que contribuíram para reverter a mortalidade infantil, aumentaram a média de vida da população, saneamento das grandes cidades, aumento da produtividade, como negar os avanços da “revolução tecnológica” que diminuiu as distâncias e abriu novas perspectivas, como negar as contribuições da engenharia genética, da microeletrônica, enfim, como negar os avanços científicos?

Não há como negar estes feitos, mas é preciso saber com que objetivo e para que serviram. A produção de alimentos cresceu assustadoramente e hoje poderia alimentar toda a humanidade, mas isto não ocorre, pois o objetivo de tal produção não é o bem estar da humanidade e sim o lucro. Produz-se alimentos porque são mercadorias, dão lucro e é por isso que apesar de sua produção imensa ainda existem milhões morrendo de fome (estima-se, segundo organizações governamentais e ligadas ao poder, que sejam 800 milhões de pessoas que passam fome no mundo e cerca de 40 milhões no Brasil). O aumento da

produtividade também tem como objetivo fundamental o aumento do lucro; a planificação urbana atende aos interesses do capital e até mesmo aquilo que é feito para os trabalhadores (políticas públicas), tal como coloca Claus Offe, reflete o interesse em manter viva e trabalhando a força de trabalho, outro interesse do capital. Ou seja, as grandes conquistas da civilização burguesa, apoiada no desenvolvimento tecnológico e científico, erguem um edifício grandioso e imponente, mas que só é habitado pela burguesia e suas classes auxiliares, pois expressa seus interesses.

Também não há como deixar de destacar que, a despeito de todo este desenvolvimento científico que coloca novas possibilidades para a humanidade, hoje o indivíduo está praticamente isolado, impossibilitado (pelo peso do mundo mercantil, burocrático e tecnológico que lhe cerca) a viver integralmente, seja ele trabalhador, capitalista ou cientista, entre outros. A verdade é que a sociedade capitalista produz indivíduos infelizes e incompletos e os resultados do desenvolvimento científico e tecnológico contribuem para isolá-lo e não para completá-lo. Como já dizia Einstein ou “o mundo é uno ou é nada” (Apud. Mayor & Forti, 1998). Ou aprendemos como cientistas e seres humanos que somos responsáveis em unificar o mundo ou então seremos atores e expectadores da destruição em massa do mundo. Como disse Schneider, é urgente transformarmos nossa resistência passiva ao capitalismo em resistência ativa, precisamos resistir ativamente para reverter a ordem estabelecida. Não basta, como dizia Marx, interpretar o mundo, precisamos transformá-lo comunalmente.

### **Referências Bibliográficas**

HABERMAS, J. *Ciência e Técnica Como Ideologia*. Lisboa, Edições 70, 1988.

- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 6ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- MAYOR, Federico & FORTI, Augusto. *Ciência e Poder*. Campinas, Papirus, 1998.
- OFFE, Clauss. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 19.
- SCHNEIDER, M. *Neurose e Classes Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- VIANA, Nildo. *A Questão dos Valores*. Cultura & Liberdade. Ano 02, nº 02, Abril de 2002.
- 

**Maria Angélica Peixoto é socióloga e professora da UCG, UNIP e UEG.  
E-mail: [angelicapeixoto@terra.com.br](mailto:angelicapeixoto@terra.com.br)**

# O Espetáculo Eleitoral

*Jean Isídio dos Santos*

Mais um ano eleitoral, novamente os políticos entram em cena. Como definir os protagonistas e vilões do espetáculo? Quais são as estratégias utilizadas para movimentar, alienar e coordenar o cenário eleitoral?

Você se lembra da última eleição? Para qual candidato você votou? Você se lembra de alguma promessa política?

Interrogações como esta geralmente são respondidas com negatividade, pois denotam o desinteresse por grande parte da população com relação a política.

Qual o verdadeiro interesse dos partidos políticos? Conforme afirma George Orwell: “O partido procura o poder por amor ao poder” (Orwell, 1984, p. 144). O partido não está interessado no bem-estar alheio, só está interessado em si mesmo e no poder, seja este um partido de “esquerda” ou de “direita”.

O real interesse dos partidos políticos volta-se para a conquista do poder estatal:

Cria-se assim no interior de cada partido uma divisão entre dirigentes e dirigidos, entre chefes, líderes, por um lado e massas, liderados, por outro. Estes dirigentes formam a burocracia partidária (Viana, 2003, p. 14)

Ao atingir o seu objetivo principal que é a conquista do poder, a burocracia que administra o partido distribui o poder entre os seus integrantes que irão ocupar os principais cargos nos quadros da burocracia estatal. Os principais cargos e principalmente os salários mais altos, serão abocanhados pelos burocratas do partido, estes fatores demonstram claramente porque o poder é tão disputado

por todos os partidos sejam eles de direita ou esquerda.

No que diz respeito às estratégias utilizadas para enganar a “massa” conforme afirma Nildo Viana:

É devido à propaganda de massas que surge uma verdadeira industrial eleitoral: agências publicitárias, gráficas, institutos de pesquisa, que comercializam os bens eleitorais e fazem fortunas (Viana, 2003, p. 60).

Estas agências publicitárias preocupadas apenas no lucro criam a imagem e elaboram o discurso utilizado nos palanques eleitorais, discursos estes recheados de muitas palavras, propostas, promessas eleitorais que nunca serão realizadas. Estas indústrias eleitorais tais como: gráficas e principalmente institutos de pesquisa geralmente são contratadas pelos partidos políticos para favorecerem ou omitirem os índices colocando candidatos em posições que não corresponde com a realidade pesquisada. Nos discursos eleitorais, os políticos apresentam-se como verdadeiros “messias”, suas propostas políticas, são vagas, não possuem fundamentos, prometem recuperar a economia, garantir a moradia, acabar com a fome, realizar a reforma agrária, são promessas amplas de longa realização problemas que não são solucionados a curto prazo. Podemos notar também o discurso escamoteado dos partidos burgueses:

Qual é este discurso? Tendo em vista que as classes exploradas não produzem um voto de classe e que os partidos burgueses não podem falar em nome de sua classe, então o discurso eleitoral torna-se policlassista e portanto, despolitizante. Os partidos burgueses utilizam o discurso policlassista pelos seguintes motivos: a) eles não podem

assumir que representam apenas a classe dominante, b) para ganhar as eleições, os partidos burgueses precisam de votos provenientes não só da burguesia, mas também das demais classes sociais, inclusive das classes exploradas, que são a maioria... (Viana, 2003, p. 60).

Conforme afirma Viana os partidos não podem assumir a classe que realmente representam, pois necessitam do voto das classes exploradas para consolidarem-se no poder, para alcançarem este objetivo escondem-se atrás de suas máscaras. Na prática estes políticos estão longe do real saber, a incompetência destes políticos é tão grande que na realidade, eles não possuem a capacidade de elaborar o seu próprio discurso, isto pode ser percebido nas realizações das campanhas publicitárias, na qual os partidos contratam agências publicitárias responsáveis pela imagem, comportamento e principalmente pelo discurso realizado pela burocracia representante do partido. As práticas do espetáculo eleitoral repetem-se em todo ano político, a falta de conscientização política, o descaso pela política por parte da população, a falta do debate político

nas programações das redes públicas de televisão nos rádios e até mesmo na Internet propiciam um distanciamento entre os eleitores e os seus “representantes”, esta situação precisa mudar, o debate político deve estar presente em todas as camadas sociais, a população tem por obrigação fiscalizar, denunciar e acompanhar as atividades dos partidos políticos a fim de diminuir as práticas políticas irregulares, a corrupção tão freqüente no ambiente político. O exercício da cidadania não se dá somente no momento do voto e sim no acompanhamento das atividades políticas, no debate político, nas cobranças por parte da população em todas as circunstâncias políticas.

### Referências Bibliográficas

ORWELL, George. 1984. São Paulo, Nacional, 1984.

VIANA, Nildo. *O que são Partidos Políticos?* Goiânia, Edições Germinal, 2003.

**Jean Isídio dos Santos, graduando do 4º ano de História UEG.**

**E-mail: jean\_isidio@yahoo.com.br**

# *A Literatura Crítica-Progressiva*

## *de Lima Barreto*

*Nildo Viana*

O presente texto visa analisar o processo de construção literária de Lima Barreto, apresentando a hipótese de que este autor, em várias obras suas, utiliza um método crítico-progressivo. Iremos buscar realizar a demonstração da veracidade desta hipótese através da análise de dois contos de Lima Barreto, a saber: *A Cartomancia* e *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Antes de fazermos isso iremos realizar alguns apontamentos teórico-metodológicos preliminares, que serão complementados no decorrer da análise das obras literárias em questão. Segundo Lucien Goldmann (Goldmann, 1979; Goldmann, 1976; Goldmann, 1989), uma obra literária é sempre expressão de uma visão de mundo de uma determinada classe social. Para este autor, a tese da biografia do autor como principal elemento explicativo de um texto literário, tal como proposta por Hippolyte Taine (Taine, 1992), é equivocada. O que importa numa análise sociológica da literatura é descobrir a visão de mundo do autor, que, ainda segundo ele, corresponde a uma determinada classe social. A biografia não explica a obra literária, pois, se assim fosse, seria necessário explicar como Balzac, um legitimista (partidário da aristocracia), desenvolveu em sua obra uma visão de mundo nitidamente burguesa, isto é, seria necessário explicar como um indivíduo que possui uma determinada posição de classe (aristocracia) e ideologia política apresenta uma visão de mundo que corresponde à outra classe (burguesia). Por não explicar tal fato, tal hipótese da biografia como elemento explicativo da

obra literária se vê desmentida. Porém, neste ponto discordamos de Goldmann, pois a obra literária é produzida pelos indivíduos e, portanto, mesmo em sua concepção, é preciso explicar como o indivíduo veicula uma ou outra visão de mundo. A resposta a esta questão, no nosso ponto de vista, se encontra no processo histórico de vida do indivíduo, o que nos remete ao problema da biografia do autor. Entretanto, tal observação não significa adotar um “determinismo biográfico”, pois o indivíduo se envolve num conjunto complexo de relações sociais e não realiza um controle consciente e intencional sobre todo o processo de construção literária. O que queremos deixar claro aqui é que cada indivíduo veicula uma mentalidade em sua obra literária que correspondente aos interesses de uma ou outra classe social, mas a explicação das razões pelas quais veicula uma ou outra mentalidade decorre de seu processo histórico de vida.

Cada classe social, no interior de sua mentalidade, possui uma certa consciência das relações sociais e tal consciência varia de uma para outra classe. Cada classe social possui o que Lucien Goldmann denomina “consciência possível”, ou seja, um limite máximo a qual não pode superar. Esta visão se manifesta sobre os mais corriqueiros e pequenos fatos da vida cotidiana. Segundo Goldmann, e também outros autores, a perspectiva do proletariado (Marx, 1988; Lukács, 1989; Korsch, 1977; Viana, 1997; Viana, 2001), ou seja, da classe operária, possui a vantagem de ser desmistificadora, de romper com as ilusões e falsas

representações sobre a realidade social. Por conseguinte, o autor que apresenta esta perspectiva possui uma possibilidade maior de criar uma obra literária desmistificadora. A literatura é uma reconstituição do real realizada a partir da perspectiva de quem escreve o texto. A reconstituição literária do real – seja este um fenômeno histórico, uma relação social contemporânea ou uma ideologia – pode ser crítica ou apologética. Ela será crítica quando expressar a perspectiva de uma classe revolucionária e será apologética quando expressar a perspectiva da classe conservadora em uma determinada sociedade. É possível, entretanto, que haja um caráter crítico sobre determinado aspecto do social que não seja expressão da perspectiva da classe revolucionária, mas esta crítica é limitada, pois se limita ao “moralismo” ou a questões superficiais. A perspectiva de um autor, em uma sociedade de classes, é, por extensão, a perspectiva de uma classe. Resta saber qual classe o autor realiza a expressão literária e isto só poder ser reconhecido ao se descobrir qual é a sua posição diante da sociedade, o que é derivado de seu processo histórico de vida.

#### **O Triste Fim de Policarpo Quaresma: Uma Crítica ao Nacionalismo**

Lima Barreto, o autor em questão, era anarquista e assumia uma posição de negação da sociedade e isto é facilmente observado em suas obras. Lima Barreto, em *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1991) expõe as várias contradições da sociedade de sua época. Vê-se, ao longo do seu livro, a descrição de conflitos sociais que vão desde a questão da mulher até a questão agrária. Um texto tão rico em análise da sociedade, mesclado com poesia e humor, apresenta um aspecto fundamental: a crítica ao nacionalismo. A reconstrução literária da idéia de nacionalismo efetuada por Lima Barreto é colocada num plano histórico-concreto – o que significa que há, simultaneamente,

uma reconstituição literária das contradições da sociedade brasileira daquela época – e assume um caráter crítico e realista. Procuraremos demonstrar que nesta obra de Lima Barreto existe uma reconstituição literária desmistificadora da ideologia nacionalista.

Lima Barreto, logo no início do livro, descreve a defesa que Policarpo Quaresma – personagem central do livro – fazia da modinha e suas estantes cheias de livros de autores nacionais ou sobre o Brasil. Demonstra, assim, seu caráter nacionalista e afirma que “*Policarpo era patriota*”, pois “*desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o por inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor, o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa*”. Vê-se, portanto, que Lima Barreto caracteriza Quaresma como um nacionalista convicto e relaciona o patriotismo com o carreirismo político e administrativo, bem como aponta seu caráter fetichista (“o patriotismo o fez pensar”...). Continuando nessa linha crítica, ele liga ironicamente guerra e pátria, ao dizer que Policarpo não podendo ir para o exército tentou a administração e no ramo militar, pois “*era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo que é bem o hálito da pátria*”.

Policarpo Quaresma representa um autêntico nacionalista que, entre outras coisas, chegava a ponto de pedir a adoção do Tupi-Guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

Posteriormente, passou a se interessar pela terra e “*então pensou que foram vão aqueles seus desejos de reformas capitais nas instituições e costumes: o que era principal à grandeza da pátria estremecida, era uma forte base agrícola, um culto pelo solo ubérrimo, para alicerçar fortemente todos os outros destinos que ela tinha de preencher*”. É neste momento que acontece a transição do interesse de Policarpo da questão puramente cultural à questão política, embora, ainda lhe parecesse estranho o interesse pela política que via na região onde passara a morar. A sua preocupação era com a terra e com o exemplo que haveria de dar à nação, colaborando com a formação de uma “forte base agrícola”, através do seu sítio.

A personagem Olga ao visitar Policarpo começa a observar a miséria da roça e pergunta ao empregado do sítio de seu padrinho por que ele não planta no seu sítio e Felizardo, o empregado, responde “*a terra não é nossa... e frumiga?... nós não ‘tem’ ferramenta... isso é bom para italiano ou ‘alamão’, que governo dá tudo... governo não gosta de nós...*” Nesta passagem, Lima Barreto coloca com muita clareza a situação daqueles que estão sem acesso aos meios de produção, desvendando, assim, a máscara da sociedade de classes e revelando a situação do trabalhador rural sem acesso a terra e aos demais meios de produção. Mas não se limita a isso, pois a sentença o “governo não gosta de nós” traz um significado: o governo, ou o estado, não “gosta” daqueles que não tem os meios de produção, ou seja, o estado defende os interesses da classe dominante que detém os meios de produção. Coloca-se, então, a contradição entre a “idéia” de pátria e a pátria real. O próprio Policarpo Quaresma, na narração de Lima Barreto, ao negar o pedido de um político da região e com isso receber uma intimação municipal absurda, esboçou a compreensão desta contradição como nos mostra esta

passagem: “*a luz se lhe fez no pensamento... aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, de tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as*”. Assim, Policarpo compreende que a miséria da população não é “natural” e sim um problema criado socialmente. Mas Policarpo não abandonava o patriotismo, apenas o fazia mudar de forma. Depois de uma nova perseguição política, “*Quaresma veio a recordar-se do seu Tupi, do seu folk-lore, das modinhas, das suas tentativas agrícolas – tudo isso lhe pareceu insignificante, pueril, infantili*”, pois “*era preciso trabalhos maiores, mais profundos; torna-se necessário refazer a administração. Imaginava um governo forte, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador... então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz*”.

Os defensores da pátria, os militares, tornam-se os objetos da crítica de Lima Barreto: a maioria é apresentada como defensora de seus interesses pessoais e a minoria é apresentada como adepta “*desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento de regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichê, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleito calçados com sapatos de sola de borracha!...*”

Essa é uma crítica à relação forçada entre “ordem e progresso” e ao positivismo como um todo, que era a

ideologia dos militares da época. Os militares, os “defensores da pátria” esperavam realizar os seus anseios com a revolta da Esquadra, atrás de seus mesquinhos interesses pessoais e “*essas secretas esperanças eram mais gerais do que se pode supor. Nós vivemos do governo e a revolta representava uma confusão nos empregos, nas honrarias e nas posições que o estado espalha. Os suspeitos abririam vagas e as dedicações supririam os títulos e habilitações para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações*”. Ora, se os defensores da pátria defendem, na realidade, seus interesses pessoais, então a pátria é apenas um mecanismo para manter a ordem e conquistar o servilismo das classes exploradas. Além disso, se observa aqui a revelação de uma das funções do estado para manter a dominação de classe: criar um conjunto de funcionários que passam a depender do estado e por isso irão defendê-lo, ou seja, cria a burocracia, classe auxiliar da burguesia. A burocracia possui seus interesses particulares, entre os quais o de se reproduzir aumentando o seu espaço no estado, criando novos cargos e departamentos, tal como havia colocado Selznick (apud Tragtenberg, 1990). Assim, Lima Barreto desfaz a ideologia da pátria. Essas considerações lembram a do anarquista José Oiticica que disse que o “*patriotismo, sentimento natural, é pelo estado convertido em elemento psicológico de obediência para fins egoístas, para manutenção da ordem, para repressão violenta e brutal dos famintos e desafortunados*” (Oiticica, 1963).

Policarpo Quaresma se decepciona com o Marechal Floriano Peixoto, com a guerra contra os “revoltosos”, etc. Para ele, “*a sociedade e a vida pareceram-lhe cousas horrorosas, e imaginou que do*

*exemplo delas vinha os crimes que aquela punia, castigava e procurava restringir. Eram negras e desesperadas, as suas idéias; muitas vezes julgou que delirava*”. Assim, a ideologia da pátria que já havia sido denunciada pelo narrador onisciente que era Lima Barreto passa a ser desmascarado pelo personagem principal, Policarpo Quaresma, que chegou a conclusão de que “*a pátria que quisera ter é um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física nem a moral, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato era a do tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati*” e continuava, “*e, bem pensado, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a pátria? Não teria levado toda a sua vida norteado por uma ilusão, por uma idéia a menos, sem base, por um deus ou uma deusa cujo império se esvaía? Não sabia que essa idéia nascera da amplificação da credence dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso alimentá-los para que eles não perseguissem os descendentes? Lembrou-se do seu Fustel de Coulanges... Lembrou-se de que essa noção nada é para os Menenanã, para tantas pessoas... Pareceu-lhe que essa idéia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições...*”

Assim, Lima Barreto coloca o nacionalismo como uma criação histórica e que serve a determinados interesses, avançando mais em um romance do que o anarquista José Oiticica em seu escrito político, pois este diz que o patriotismo é um “sentimento natural” que o estado utiliza para seus fins egoístas. O patriotismo ou nacionalismo não é um sentimento natural e sim um produto do desenvolvimento histórico e que serve aos interesses de quem detém o poder. Para

Lima Barreto, o nacionalismo não é um “sentimento natural” mas sim uma idéia criada historicamente e utilizada pelos “conquistadores” que se utilizam também das nossas fraquezas psicológicas.

A reconstituição literária do nacionalismo realizada por Lima Barreto assume um caráter nitidamente crítico e desmistificador. A crítica ao nacionalismo ocorre desde o início através do narrador e atinge o ponto culminante quando Policarpo Quaresma reconhece seu engano e se conscientiza de que a pátria é uma ficção. O final apresenta a unidade de pensamento do narrador e Policarpo, realizada através do desenvolvimento da consciência deste último, que ocorreu por intermédio de sua experiência própria e demonstra a completa superação da ideologia pelo segundo. Portanto, a reconstituição literária de Lima Barreto se caracteriza por ser uma crítica radical ao nacionalismo, que vai se desenvolvendo progressivamente no interior da narrativa.

#### **A Cartomancia, Segundo Lima Barreto**

Iremos apresentar agora uma análise do conto *A Cartomante*, de Lima Barreto (1993). Os objetivos que nos propomos são os seguintes: em primeiro lugar, desejamos descobrir como Lima Barreto representa a cartomante, ou seja, o que significa uma cartomante para Lima Barreto; em segundo lugar, buscamos descobrir como Lima Barreto explica a necessidade de busca de auxílio de uma cartomante por parte de um indivíduo.

Partindo do referencial teórico anteriormente estabelecido, apresentamos as seguintes hipóteses a respeito do conto *A Cartomante* de Lima Barreto: a primeira hipótese é a de que o autor expressa uma visão desmistificadora do fenômeno do misticismo, o que significa dizer que ele possui uma perspectiva correspondente a do proletariado. Tal desmistificação ocorre através da contestação da eficácia da cartomante, pois uma cartomante é procurada devido à suposta eficácia que

ela possuiria para resolver os problemas daqueles que a procuram.

A segunda hipótese é de que a origem da necessidade de busca de auxílio de uma cartomante se encontra nas condições precárias de vida da personagem central (que está desempregado, sem dinheiro, dependendo da boa vontade alheia e sendo sustentado por sua esposa) pois isto gera a necessidade de busca de uma explicação para suas derrotas consecutivas e tal explicação surge a partir não de um procedimento racional e sim místico, tal como o antropólogo Evans-Pritchard (1979) colocou em seu estudo sobre os Azande, no qual afirma que o azar se torna a explicação dos infortúnios, mesmo os mais corriqueiros, tal como um tropeço, que o indivíduo julga ser produto de feitiçaria de outro membro de sua tribo. Portanto, o infortúnio cria a necessidade de sua explicação e isto se dá através da noção de bruxaria, feitiçaria, azar, etc. Isto também tem o efeito do indivíduo se sentir aliviado e colocar a culpa em outro que não ele próprio, justificando sua situação por qualquer motivo externo a ele e criando miticamente um “culpado” para os seus males. Cria-se assim, a concentração do mal em um indivíduo, tal como faz o pensamento mítico (Agacinsky, 1991). Por fim, este procedimento fornece, ao indivíduo que se encontra nesta situação, a esperança de superá-la, pois basta desfazer a feitiçaria e tudo voltará a ser como antes e o sentimento de impotência diante da situação atual é substituído pela esperança, que, entretanto, é depositada em uma terceira pessoa, aquela que irá desfazer o feitiço (feiticeiro, cartomante, etc.).

A terceira e última hipótese é de que Lima Barreto busca desenvolver neste pequeno conto o mesmo procedimento que realizou em *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, a saber: realiza um procedimento narrativo caracterizado pelo

desenvolvimento da autoconsciência do personagem central que passa da ilusão a uma percepção crítica da realidade, sendo que, no caso de *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, trata-se de uma crítica à idéia de pátria, ou, em outras palavras, utiliza um método de construção crítico-progressivo. Neste texto, Lima Barreto realiza a crítica da idéia de pátria através do desenvolvimento da autoconsciência da personagem central, tal como colocamos anteriormente. O narrador apresenta um desenvolvimento do personagem a fim de que sua autoconscientização sirva para a conscientização do leitor. Trata-se de um método crítico-progressivo, no qual a crítica vai sendo construída progressivamente durante a narrativa através da autoconsciência do personagem central.

Tal como colocou W. Benjamin, a narração sempre se orienta para um interesse prático e sempre carrega consigo uma utilidade. Esta narração “*pode consistir ora numa lição de moral, ora numa indicação prática, ora num ditado ou norma de vida — em qualquer caso o narrador é um homem que dá conselhos ao ouvinte*” (Benjamin, 1983, p. 59).

Portanto, a partir destas hipóteses iremos analisar o referido conto de Lima Barreto e confirmá-las ou não. O texto de Lima Barreto possui algumas passagens que são ilustrativas de sua construção literária: sua narração apresenta diversas afirmações que deixam claro seus objetivos e procedimentos.

Segundo Lima Barreto, “*não havia dúvida que naqueles atrasos e atrapalhões de sua vida alguma influência misteriosa preponderava. Era ele tentar qualquer coisa, logo tudo mudava. Esteve quase para arranjar-se na Saúde Pública; mas, assim que obteve um bom pistolão, toda a política mudou. Se jogava no bicho, era sempre o grupo seguinte ou o anterior que dava. Tudo parecia mostrar-lhe que ele não devia ir para adiante*”.

A narração continua através da demonstração da visão que a personagem possuía de sua situação — que é nitidamente uma explicação mística — e também a saída encontrada diante desta constatação: “*A certeza, porém, de que todas as suas infelicidades vinham de uma influência misteriosa, deu-lhe mais alento. Se era ‘coisa feita’, havia de haver por força quem a desfizesse*” ; “*(...) já adquirira a convicção de que aquela sua vida vinha sendo trabalhada pela mandinga de algum preto-mina, a soldo do seu cunhado Castrioto, que jamais vira com bons olhos o seu casamento com a irmã*”.

Lima Barreto narra a decisão da personagem e da esperança adquirida em tal procedimento: “*Ele iria a uma cartomante e havia de descobrir o que e quem atrasavam a sua vida*” ; “*o mistério ia desfazer-se e o malefício ser cortado. A abastança voltaria a casa...*” ; “*pelo caminho tudo lhe sorria*”.

Lima Barreto encerra sua narrativa apresentando sua mensagem através do processo de desenvolvimento da consciência de sua personagem central: “*Saiu, foi à venda e consultou o jornal. Havia muitos videntes, espíritas, teósofos anunciados; mas simpatizou com uma cartomante, cujo anúncio dizia assim: ‘Madame Dadá, sonâmbula, extralúcida, deita as cartas e desfaz toda a espécie de feitiçaria, principalmente a africana, etc.’*” ; “*não quis outra; era aquela...*” ; “*Arranjou, com o primeiro conhecido que encontrou, o dinheiro necessário, e correu para a casa de Madame Dadá*” ; “*entrou, esperou um pouco, com o coração a lhe saltar do peito*” ; “*O consulente saiu e ele foi afinal à presença da pitonisa. Era sua mulher*”.

Tais afirmações confirmam a nossa segunda hipótese, que é a de que a origem da necessidade de busca de auxílio de uma cartomante se encontra nas condições precárias de vida do personagem central, pois sua situação, tal como visto pelo

trecho acima citado, é precária, marcada pelo desemprego, pela falta de dinheiro, pela “má sorte”, pela miséria. Também, em partes não citadas do texto, se vê que ele vive na dependência da boa vontade dos amigos que lhe emprestam dinheiro e da esposa que sustenta a casa com “sua costura”.

Isto tudo gera a necessidade de busca de uma explicação para suas derrotas consecutivas e tal explicação se encontra na “coisa feita” ou no “trabalho” feito por algum especialista em mandinga, ou seja, aqui se vê que a feitiçaria se torna a explicação dos infortúnios, que é produto de alguém que não gosta dele. Uma das conseqüências disto é o fato do indivíduo se sentir aliviado e colocar a culpa em outro, no caso o seu cunhado, que seria o “responsável pela mandinga” e assim ele justifica sua situação por um motivo externo a ele e cria miticamente um “culpado” para os seus males, reproduzindo assim uma das características do pensamento mítico.

Além disso, este procedimento fornece a esperança ao personagem de superar esta situação, pois basta desfazer a feitiçaria para voltar aos bons tempos. O sentimento de impotência diante das suas condições desfavoráveis de vida é substituído pela esperança em superar os obstáculos e conquistar dias melhores, mas que depende de uma terceira pessoa, no caso, a cartomante.

Também se confirma, se lembrarmos que o personagem descobre que a cartomante é sua própria esposa — o que significa que se trata de uma profissão tão suspeita que era necessário escondê-la do marido — a hipótese segundo a qual o procedimento narrativo de Lima Barreto se caracteriza pelo desenvolvimento da autoconsciência da personagem central, pois este assim como Policarpo Quaresma, em *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, acaba percebendo que estava se entregando a uma fé cega e absurda, ou seja, se decepciona e descobre

que estava enganado, o que significa um processo de conscientização da personagem. Assim, Lima Barreto critica o misticismo através do desenvolvimento da autoconsciência da personagem central.

Isto também confirma a nossa primeira hipótese, que é a de que o autor expressa uma visão desmistificadora do fenômeno do misticismo, o que é a mesma coisa que dizer que sua perspectiva é equivalente a do proletariado. Tal desmistificação ocorre através da contestação da eficácia da cartomante e do exercício escondido de suas “capacidades”. Além disso, se observa uma dialética em que a miséria da personagem central cria a cartomante, sua esposa, e esta se propõe, falsamente, a solucionar os problemas gerados pela miséria alheia, ou seja, é a miséria que cria a cartomante e ao mesmo tempo o que a sustenta. A cartomante é produto da miséria própria e vive da miséria alheia. A miséria financeira, por sua vez, gera a miséria psíquica, no caso da personagem central. A miséria se reproduz de forma ampliada, partindo da esfera financeira até chegar na esfera mental.

Por fim, observamos que este conto de Lima Barreto apresenta uma visão desmistificadora da cartomancia ao revelar a causa e a falsidade de sua prática. Lima Barreto apresenta uma crítica desta prática sob a forma de linguagem literária e assim envia sua mensagem, dá o seu conselho, como diria Benjamin.

### **Considerações Finais**

As duas obras aqui trabalhadas de Lima Barreto se desenvolvem segundo o método de construção crítico-progressivo. Policarpo Quaresma e o marido desempregado (que foi despersonalizado devido ao desemprego, por isso Lima Barreto nem sequer lhe atribuiu um nome) são indivíduos iludidos e que rompem com suas ilusões no desenvolvimento da narrativa. O processo de ilusão aparece como natural, sendo a “atmosfera natural”

da vida cotidiana, tal como coloca Kosik (1986), expressando o mundo das representações cotidianas. O processo de superação das ilusões ocorre com a luta do personagem para realizar seu sonho ilusório e ao efetivar tal luta ele acaba descobrindo o seu verdadeiro caráter. O patriota começa a perceber que se fiou numa ilusão e o mesmo ocorre com o marido desempregado, quando se deparam com as relações sociais concretas que produzem o patriotismo e a cartomancia. A conscientização do personagem é narrada e assim se coloca o leitor num processo semelhante de desenvolvimento da consciência, levando-o a superar as mesmas ilusões que os personagens superam e atingirem o mesmo nível de consciência que o autor-narrador, numa espécie de dialética ascendente de matriz hegeliana. Um método crítico-progressivo de construção literária, oriundo da perspectiva de classe assumida por Lima Barreto, que só pode ser compreendido em toda sua complexidade a partir das leituras das obras deste autor aliadas a uma visão de seu posicionamento político e perspectiva de classe, o que explica sua adoção deste método de construção literária.

### Referências Bibliográficas

- AGACINSKY, Silviane. *O Poder do Mito. Filosofia Política*. N.º 6, Porto Alegre, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador*. In: *Textos Escolhidos*. Col. Os Pensadores. 2ª edição, São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, Oráculos e Magia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- GOLDMANN, L. Et al. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Mandacaru, 1989.
- GOLDMANN, L. *Sociologia do Romance*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LIMA BARRETO, A. H. *A Cartomante*. São Paulo: Ática, 1993.
- LIMA BARRETO, A. H. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1991.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Rio de Janeiro, Elfos, 1989.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- OITICICA, José. *A Organização Militar*. In: LEUENROTH, Edgar (org.). *Anarquismo, Roteiro de Libertação Social*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.
- TAINE, H. *Filosofia da Arte na Itália*. São Paulo: Educ/Imaginário, 1992.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1990.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Goiânia, Edições Combate, 1997.
- VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia, Edições Germinal, 2001.

---

**Nildo Viana é Professor da UEG – Universidade Estadual de Goiás e Doutor em Sociologia/UnB.  
E-mail: nildoviana@terra.com.br**

# *O Capital, de Karl Marx*

*Friedrich Engels*

Desde que o mundo se divide em capitalistas e operários não apareceu um livro de tão grande importância para os operários como este (1). As relações entre capital e trabalho, eixo em torno do qual gira todo o nosso sistema social atual, são pela primeira vez tratados cientificamente com uma profundidade e uma clareza só possíveis para um alemão (2). Por mais preciosos que sejam e serão os escritos de um Owen, de um Saint-Simon ou de um Fourier, estava reservado a um alemão elevar-se à altura necessária para ver claramente e panoramicamente o domínio inteiro das relações sociais modernas, da mesma maneira que, ao espectador situado no mais alto pico, aparecem as formações montanhosas menos elevadas.

A economia política até agora nos ensinou que o trabalho é a fonte de toda a riqueza e a medida de todos os valores, de tal forma que dois objetos cuja produção custou o mesmo tempo de trabalho possuem o mesmo valor e devem ser trocados um pelo outro, tendo em vista que, geralmente, só valores iguais podem ser trocados entre si. Mas também ensina que existe uma espécie de trabalho acumulado a que chama capital e que esse capital, graças às possibilidades que contém, multiplica por cem e por mil a produtividade do trabalho vivo, reivindicando para tal uma certa compensação a que se chama lucro ou benefício.

Sabemos que, na realidade, as coisas são assim: os lucros do trabalho morto, acumulado, constituem uma massa cada vez maior, os capitais dos capitalistas tomam proporções cada vez mais colossais, enquanto o salário do trabalhadores é cada vez menor e a massa dos operários que vive unicamente do

salário é cada vez maior e mais pobre. Como resolver esta contradição? Como pode haver um lucro para o capitalista se o operário receber o valor total do trabalho que acrescenta ao produto? E, contudo, visto que só valores iguais são trocáveis, devia ser assim. Por outro lado, como podem valores iguais ser trocados, como pode o operário receber o valor inteiro do seu produto, se como concebem muitos economistas, esse produto é dividido entre o operário e os capitalistas? Os economistas encontram-se até hoje perplexos face a esta contradição, escrevem ou balbuciam fórmulas confusas e vazias. Mesmo os críticos socialistas da economia não foram até aqui capazes de fazer mais do que sublinhar esta contradição; nenhum a resolveu até ao momento em que, finalmente, Karl Marx, perseguindo o processo da produção do lucro até ao local onde este nasce, desvendou completamente o assunto.

Marx, ao descrever o desenvolvimento do capital, parte do fato simples e notório de que os capitalistas valorizam o capital através da troca; compram mercadoria por uma certa soma e revendem-na a seguir por uma soma mais elevada. Um capitalista compra, por exemplo, 1000 reais de algodão e revende-o a seguir por 1100 reais, ganhando assim 100 reais. É a este excedente sobre o capital inicial que Marx chama mais-valor. De onde surge esse mais-valor? Segundo a hipótese dos economistas só valores iguais são trocáveis, e, no domínio da teoria abstrata esta também é a verdade. A compra do algodão e a sua revenda não pode, portanto, fornecer mais valor do que a troca de um real por 100 centavos, seguida da troca destes por um outro real,

operação em que não se enriquece nem empobrece. Mas o mais-valor também não pode surgir do fato de os vendedores trocarem as mercadorias acima do seu valor, ou de os compradores as adquirirem acima do seu valor, porque sendo cada um deles tanto vendedor como comprador, há por conseqüência compensação. Também não pode surgir do fato de compradores e vendedores encarecerem entre eles o produto, visto que isso não produziria um novo valor ou mais-valor, e, ao contrário, não faria mais do que repartir de outra forma o capital existente entre os capitalistas. Ora, apesar do capitalista comprar e revender as mercadorias pelo seu valor, obtém mais valor do que aquele que investiu. Como isto pode acontecer?

O capitalista, nas condições sociais atuais, encontra no mercado uma mercadoria que possui a seguinte propriedade particular: o seu consumo é fonte de um novo valor, cria um novo valor, e, essa mercadoria é a força de trabalho.

Qual é o valor da força de trabalho? O valor de cada mercadoria é determinado pelo trabalho que a sua produção exige. A força de trabalho existe na forma de um operário vivo que necessita para a sua sobrevivência e para sustentar a família que assegura a reprodução da força de trabalho depois da morte, de uma determinada soma de meios de consumo. É, portanto, o tempo de trabalho necessário à produção desses meios de consumo que representa o valor da força de trabalho. O capitalista paga ao operário à semana comprando assim o emprego do seu trabalho por uma semana. Até aqui os senhores economistas estarão suficientemente de acordo conosco sobre o valor da força de trabalho.

O capitalista, nesse momento, põe o seu operário a trabalhar. Durante um determinado tempo o operário terá fornecido tanto trabalho quanto o representado pelo salário semanal. Admitindo que o salário semanal de um

operário representa três dias de trabalho, o operário que começa na segunda-feira, na quarta-feira à tarde devolveu ao capitalista o valor total do salário pago. E para de trabalhar? Muito pelo contrário. O capitalista comprou o trabalho (3) por uma semana e é necessário que o operário continue trabalhando durante o resto da semana. Este mais-trabalho do operário, para além do tempo necessário para restituir o valor do salário, é a fonte do mais-valor, do lucro e do aumento sempre crescente do capital.

Mas não se afirme que é uma suposição gratuita dizer que o operário produz em três dias o salário que lhe foi pago e nos outros três produz para o capitalista. Se necessita exatamente de três dias para restituir o salário, ou de dois, ou de quatro, é coisa que aqui é totalmente irrelevante e que, aliás, muda segundo as circunstâncias; o principal é que o capitalista além do trabalho que paga, obtém trabalho que não paga, e não se trata de uma suposição arbitrária, visto que no dia em que o capitalista não recebesse de forma contínua senão o trabalho que paga em salário, fecharia a sua fábrica porque todo o lucro se esfumaria.

Eis que resolvemos todas estas contradições. A produção de mais-valor (de que o lucro do capitalista constitui uma boa parte) é agora perfeitamente clara e natural. O valor da força de trabalho é pago, mas esse valor é muito menor do que aquele que o capitalista sabe arrecadar da força de trabalho, e a diferença; o trabalho não pago; constitui precisamente a parte do capitalista, ou mais exatamente, da classe capitalista. E isto porque mesmo o lucro que, no exemplo citado mais acima, o comerciante de algodão obteve, deve necessariamente consistir em trabalho não pago se os preços de algodão não aumentaram. Foi necessário que o comerciante vendesse a um fabricante de tecidos de algodão que, além dos cem

reais já ganhos pelo comerciante, possa obter por sua vez um benefício pela sua fabricação, repartindo-se assim pelos dois o trabalho não pago que o fabricante obteve. É este trabalho não pago que em geral sustenta todos os membros da sociedade que não trabalham. É também com esse trabalho não pago que se pagam os impostos do Estado e das municipalidades, na medida em que esses impostos atingem a classe capitalista e as rendas da terra dos grandes proprietários, etc.. É sobre esse trabalho não pago que repousa todo o mundo social existente (4).

Aliás, seria ridículo pensar que o trabalho não pago só se constituiu nas condições atuais, em que a produção é realizada por capitalistas e assalariados. Pelo contrário. Desde sempre a classe oprimida foi obrigada a realizar trabalho não pago. Durante todo o longo tempo em que a escravidão foi a forma dominante da organização do trabalho, os escravos foram obrigados a trabalhar muito mais do que lhe era dado sob a forma de meios de subsistência. Sob a dominação da servidão e até à abolição das corveias, passava-se a mesma coisa; e aqui aparecia de maneira tangível a diferença entre o tempo em que o camponês trabalhava para a sua própria subsistência e aquele em que realizava mais-trabalho para o senhor feudal, visto que estas duas formas de trabalho se faziam separadamente. A forma é hoje diferente mas o essencial não mudou, e enquanto “uma parte da sociedade possuir o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, é forçado a acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria subsistência, um excedente destinado à manutenção do possuidor dos meios de produção” (MARX, Karl. *O Capital*. Livro I).

## II

Observamos, no artigo anterior, que cada operário ao serviço do capitalista faz um trabalho duplo: durante uma parte do tempo de trabalho, restitui o salário que o

capitalista lhe havia adiantado, parte a que Marx chamou trabalho necessário; e, em seguida, deve continuar a trabalhar para produzir mais-valor para o capitalista, sendo o lucro deste uma parte importante daquela. A este trabalho chama-se mais-trabalho.

Suponhamos que o operário trabalha três dias da semana para restituir o salário e três dias para produzir o mais-valor para o capitalista. Noutros termos isto quer dizer que, numa jornada de 12 horas, trabalha seis horas para o seu salário e seis horas para criar mais-valor. Mas, uma semana não pode ter mais de seis dias ou, contando domingo, sete, ao passo que cada dia podem ter seis, oito, dez, doze, quinze ou mais horas de trabalho. O operário vendeu pelo seu salário, uma jornada de trabalho, ao capitalista. Mas, o que é um dia de trabalho? Oito horas ou dezoito?

O capitalista tem interesse em prolongar a jornada de trabalho tanto quanto possível. Quanto mais longa ela for, maior será o mais-valor criado. O operário tem a verdadeira sensação de que cada hora feita para além da restituição do salário, lhe é roubada; é no próprio corpo que sente o que é trabalhar muito tempo seguido. O capitalista bate-se pelo seu lucro, o operário bate-se pela saúde, por algumas horas de repouso quotidiano, para poder, fora das horas de trabalho, do sono e da comida, fornecer ainda uma outra atividade humana.

Notemos de passagem que a participação na luta pelo lucro não depende da boa vontade do capitalista tomado isoladamente, do seu querer ou não; a concorrência obriga o mais filantropo a aliar-se aos demais capitalistas e a fazer cumprir uma jornada de trabalho tão longa como a daqueles.

A luta pela limitação da jornada de trabalho data do surgimento dos primeiros operários livres na história e dura até aos nossos dias. Nas várias indústrias existem regras diferentes no que concerne à

jornada de trabalho, mas na realidade, raramente elas são observadas. Somente nos casos em que a lei fixa a jornada de trabalho e controla a sua observação é que pode falar-se de uma jornada de trabalho normal. E até aqui, com poucas exceções, somente nos distritos industriais da Inglaterra é que encontramos uma jornada de trabalho normal. A jornada de trabalho de 10 horas (10 horas e meia durante cinco dias e sete horas e meia ao Sábado) foi fixada para todas as mulheres e para os jovens entre os 13 e os 18 anos, e como os homens não podem trabalhar sem estes últimos, ficam também submetidos à lei da jornada de 10 horas. Esta lei foi uma conquista dos operários ingleses através de longos anos de persistência, de uma luta tenaz e obstinada contra os fabricantes, pela liberdade de imprensa, pelo direito de associação e de reunião, utilizando habitualmente as divisões no seio da própria classe dominante. Essa lei transformou-se na salvaguarda dos operários ingleses, foi gradualmente alargada a todos os grandes ramos da indústria e, no ano passado, a quase todos os ofícios, ou pelo menos a todos os que empregam mulheres e crianças. **O Capital**, de Marx possui uma documentação extremamente detalhada sobre a história da regulamentação legal da jornada de trabalho na Inglaterra. O próximo Reichstag da Alemanha do Norte irá igualmente discutir uma lei sobre a indústria e, conseqüentemente, regularizar o trabalho nas fábricas. Esperamos que nenhum dos deputados que deve a sua eleição aos operários alemães, vá para a discussão dessa lei sem ter antes familiarizado completamente com o livro de Marx. Ganhariam muito com esta leitura. Na Alemanha, as divisões nas classes dominantes são muito mais favoráveis aos operários do que eram em Inglaterra, pois o sufrágio universal obriga as classes dominantes a procurar o apoio da classe operária. Nestas circunstâncias,

quatro ou cinco representantes do proletariado são uma potência se souberem utilizar a situação, se sobretudo souberem do que se trata, coisa que os burgueses não sabem. E o livro de Marx fornece-lhes, para tal tarefa, uma documentação já elaborada.

Deixaremos de lado uma série de investigações muito belas, de caráter teórico, e contentar-nos-emos abordando o capítulo final que trata da acumulação do capital. Prova-se, nesse capítulo, que o modo de produção capitalista é realizado por um lado pelos capitalistas e por outro pelos assalariados e que não somente reproduz sempre o capital dos capitalistas, mas também produz sempre, simultaneamente, a miséria dos operários; e faz isto de forma a reproduzir a existência da classe capitalista, por um lado, que é a classe proprietária de todos os meios de consumo, de todas as matérias-primas e de todos os instrumentos de trabalho, e da grande classe dos operários, por outro, que são obrigados a vender a sua força de trabalho aos capitalistas em troca de uma certa quantidade de meios de consumo apenas suficientes, no melhor dos casos, para continuarem em estado de trabalhar e para fazer crescer uma nova geração de proletários aptos para o trabalho.

Mas o capital não se limita a ser reproduzido: está continuamente se multiplicando e a aumentar, e, simultaneamente, aumenta o seu poder sobre a classe dos operários privados de propriedade. O modo de produção capitalista, enquanto se reproduz em proporções cada vez maiores, reproduz também em proporções cada vez maiores e em número crescente, a classe dos operários privados de propriedade. "...A acumulação (de capital) não faz mais do que reproduzir esta relação (relação-capital) numa escala igualmente progressiva: com mais capitalistas (ou com maiores capitalistas) por um lado, e com mais assalariados por outro...

Acumulação do capital é ao mesmo tempo aumento do proletariado” (MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Tomo III).

Porém, como para produzir a mesma quantidade de produtos, são precisos cada vez menos operários, graças aos progressos trazidos pela mecanização, à modernização da agricultura, etc., como o aperfeiçoamento, isto é, como o excedente de operários aumenta mais rapidamente do que o capital crescente, o que é que se faz deste número crescente de operários? Constituem um exército industrial de reserva que, durante os momentos maus ou medíocres, é pago abaixo do valor do seu trabalho, encontra irregularmente emprego ou vive da assistência pública, mas é indispensável à classe capitalista nos momentos de atividade particularmente grande como se viu em Inglaterra &ndash; mas que, de qualquer maneira, serve para quebrar as forças de resistência dos operários em relação ao trabalho regular e para manter os salários a baixo nível. “O exército industrial de reserva é tanto mais numeroso quanto a riqueza social... (ê) mais considerável... Mas quanto mais crescer este exército de reserva comparativamente ao exército ativo do trabalho, mais a sobrepopulação aumenta, excedente este cuja miséria é inversamente proporcional aos tormentos do trabalho. Quanto mais aumentar esta camada de Lázaros da classe operária, mais cresce a pauperização oficial. É esta a lei absoluta e geral da acumulação capitalista” (MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Tomo III).

Estas são, confirmadas de uma maneira rigorosamente científica, algumas das principais leis do sistema social capitalista moderno, que os economistas burgueses buscam evitar quando não buscam refutá-las. E assim dissemos tudo? Absolutamente. Com a mesma clareza com que sublinha o lado maléfico da produção capitalista, Marx prova o caráter necessário desta formação social para o desenvolvimento das forças produtivas até

ao grau tal que permitisse um desenvolvimento verdadeiramente humano e igual para todos os membros da sociedade. As formações sociais anteriores foram demasiadamente pobres para isso. Somente a produção capitalista cria as riquezas e as forças produtivas necessárias para tal, criando, simultaneamente, com a massa dos operários explorados, a classe social que cada vez mais é obrigada a exigir o uso dessas riquezas e dessas forças produtivas em favor de toda a sociedade e não, tal como é hoje, em favor de uma classe monopolista.

### Notas Críticas

1. Engels se refere a *O Capital*, de Marx, que possui duas traduções no Brasil, a da Editora Civilização Brasileira, bastante confusa, e a da Nova Cultural, a melhor em língua portuguesa.

2. Sem dúvida, é possível discordar amplamente de Engels em vários pontos, a começar por esta afirmação de que um “alemão” teria melhores condições de analisar a sociedade capitalista, pois o fato de Marx ser um alemão não foi o elemento principal para que pudesse ter produzido sua obra e sim um conjunto de determinações, entre as quais a emergência do proletariado, os seus valores, a sua erudição (conhecia as obras dos economistas ingleses, socialistas franceses, filósofos alemães, a história geral da humanidade, etc.), entre inúmeras outras. A Alemanha, por si só, não proporcionava um “pico” mais alto para a visão das relações sociais modernas e se este fator fosse o mais importante teriam surgido vários escritores como Marx...

3. Engels, ao contrário de Marx, que escreve com um rigor que poucos pensadores possuem, fala aqui em “compra do trabalho”, enquanto que, na verdade, trata-se de compra da força de trabalho (como o próprio Engels havia colocado anteriormente). O próprio Marx, em obras anteriores a *O Capital*, como em *Trabalho Assalariado e Capital*, fala em compra e venda do trabalho, mas depois altera para compra e venda da força de trabalho, o que proporciona uma diferença substancial, pois o capitalista não compra uma quantidade de trabalho e sim a força de trabalho por um período de tempo determinado e a luta de classes na produção irá girar em torno de período de tempo (a jornada de trabalho) e em torno da produtividade.

4. Este ponto é um dos mais importantes na teoria marxista e é o fundamento para a teoria das classes sociais sob o capitalismo e foi deixado de lado pela maioria dos “ditos” seguidores de Marx. Aqui se

coloca a questão do mais-valor global, ou, segundo linguagem de Rodbertus, da renda nacional, que é o fundamento explicativo da formação das classes sociais no capitalismo.

---

**Tradução e Notas Críticas de Nildo Viana.**

**Friedrich Engels é autor clássico do pensamento social, incluindo obras como *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*; *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*; *A Origem do Estado, da Família e da Propriedade Privada*, entre outros.**

# O Imperialismo da Razão Neoliberal

*Pierre Bourdieu & Lïc Wacquant*

Em todos os países avançados, padrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção nos media e jornalistas do top, estão de acordo em falar uma estranha novilíngua<sup>1</sup> cujo vocabulário, aparentemente sem origem, circula por todas as bocas: “globalização”, “flexibilidade”, “governabilidade” e “empregabilidade”, “underclass” e “exclusão”, “nova economia” e “tolerância zero”, “comunitarismo”, “multiculturalismo” e os seus primos “pós-modernos”, “etnicidade”, “minoridade”, “identidade”, “fragmentação”, etc.

A difusão dessa nova vulgata planetária – da qual se encontram notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência - é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico: os seus efeitos são tão poderosos e perniciosos porque ele é veiculado não apenas pelos partidários da revolução neoliberal - a qual, sob a capa da “modernização”, entende reconstruir o mundo fazendo tábua rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas agora como

arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente –, mas também por produtores culturais (pesquisadores, escritores, artistas) e militantes de esquerda que, na sua maioria, continuam a considerar-se progressistas.

## **Imperialismo cultural**

Como as dominações de gênero e etnia, o imperialismo cultural constitui uma violência simbólica que se apóia numa relação de comunicação coerciva para extorquir a submissão e cuja particularidade consiste, neste caso, no fato de universalizar particularismos vinculados a uma experiência histórica singular, ao fazer com que sejam desconhecidos enquanto tal e reconhecidos como universais<sup>3</sup>.

Desta forma, também no século XIX muitas questões ditas filosóficas que eram debatidas em toda a Europa, como o tema spengleriano da “decadência”, partiam de particularidades e conflitos históricos próprios do universo específico dos universitários alemães<sup>4</sup>, da mesma forma que hoje, inúmeros tópicos provenientes de confrontos intelectuais ligados a particularidades e particularismos da sociedade e das universidades norte-americanas se impuseram, aparentemente

<sup>1</sup> Referência a “1984”, de George Orwell. Designa o uso de termos que desconsideram o vocabulário corrente e produzem termos que tornam hermética a compreensão do fenómeno relatado. Isso se dá na esfera política e filosófica.

<sup>2</sup> Comunitarismo é um conceito teorizado por Charles Taylor, Michael Walzer, Alasdair McIntyre. Valoriza a comunidade como um bem em si, assim como a igualdade e a liberdade, sendo o espaço no qual os indivíduos podem se exprimir, partilhar valores. Os seus críticos vêem nesse conceito a teorização dos guetos.

<sup>3</sup> É bom deixar claro que não detêm o monopólio na pretensão ao universal. Diversos outros países - a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha, a Espanha, o Japão, a Rússia - exerceram, ou tentam ainda exercer, nos seus círculos de influência, formas de imperialismo cultural bastante semelhantes. A grande diferença é que, pela primeira vez na história, um único país se encontra em posição de impor o seu ponto de vista ao mundo inteiro.

<sup>4</sup> Cf. RINGER, Fritz. *The Decline of the Mandarins*. Cambridge University Press, Cambridge, 1969.

fora de um contexto histórico, ao conjunto do planeta.

Definições e deduções. Esses lugares-comuns, no sentido aristotélico de noções ou teses que servem de argumento sobre as quais não se argumenta, devem o essencial da sua força de convicção ao prestígio do seu ponto de partida e ao fato de que, ao circularem continuamente entre Berlim e Buenos Aires ou de Londres a Lisboa, estarem simultaneamente em toda parte e serem poderosamente transmitidos por essas instâncias supostamente neutras do pensamento neutro que são os grandes organismos internacionais. Instâncias como o Banco Mundial, a Comissão Européia, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômicos (OCDE), enfim, os “bancos de idéias” do pensamento conservador (o Manhattam Institute, em Nova York, o Adam Smith Institute, em Londres, a ex-Fondation Saint-Simon, em Paris, a Deutsche Bank Foundation, em Frankfurt), as fundações de filantropia, as escolas do poder (Science-Politique, em França, a London School of Economics, na Inglaterra, a Harvard Kennedy School of Government, nos Estados Unidos, etc.) e os grandes meios de comunicação, divulgadores infatigáveis dessa língua geral, sem fronteiras, perfeita para dar a ilusão de ultramodernismo aos editorialistas apressados e especialistas ciosos da importação-exportação cultural.

Além do efeito automático da circulação internacional das idéias que, pela sua própria lógica, tende a ocultar as condições e os significados originais<sup>5</sup>, o jogo das definições prévias e deduções escolásticas substitui a contingência das necessidades sociológicas negadas pela aparência da necessidade lógica e tende a ocultar as raízes históricas de todo um conjunto de questões e de noções: a “eficácia” do mercado (livre), a

necessidade de reconhecimento das “identidades” (culturais), ou ainda a reafirmação-celebração da “responsabilidade” (individual), que serão decretadas filosóficas, sociológicas, econômicas ou políticas, segundo o lugar e o momento de recepção.

#### **A mitologia do “sonho americano”**

Planetarizados, globalizados, no sentido estritamente geográfico, e ao mesmo tempo desparticularizados, esses lugares-comuns, ao serem ruminados pelos meios de comunicação transformam-se num senso comum universal, fazendo esquecer que, na maioria das vezes, eles apenas exprimem - de forma truncada e irreconhecível, até por aqueles que os propagam - realidades complexas e contestadas de uma sociedade histórica particular, tacitamente constituída em modelo e na medida de todas as coisas: a sociedade norte-americana da era pós-fordista e pós-keynesiana. Esse único superpoder, essa Meca simbólica da Terra, caracteriza-se pelo desmantelamento deliberado do Estado social e pelo hiper-crescimento correlativo do Estado penal, o esmagamento do movimento sindical e a ditadura da concepção de empresa fundada apenas no “valor-acionário”, assim como nas suas conseqüências sociológicas: a generalização dos salários precários e da insegurança social, transformada em motor privilegiado da atividade econômica.

É o que ocorre, por exemplo, com o debate vago e fraco em torno do “multiculturalismo”, termo importado, na Europa, para designar o pluralismo cultural na esfera cívica, enquanto nos Estados Unidos se refere, no interior do próprio movimento pelo qual ele os mascara, à exclusão contínua dos negros e à mitologia nacional do “sonho americano” da “oportunidade para todos”, correlativa da falência que afeta o sistema do ensino público num momento em que a competição pelo capital cultural se

<sup>5</sup> Bourdieu, Pierre. *Les Conditions Sociales de la Circulation Internationale des Idées*. *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte*. 14 -1/2, Heidelberg, 1990, p. 1-10.

intensifica e quando as desigualdades de classe crescem vertiginosamente.

### **A demissão do Estado**

O adjetivo “multicultural” encobre essa crise ao confiná-la, artificialmente, apenas no microcosmo universitário e ao expressá-la num registro ostensivamente “étnico”, quando o seu verdadeiro desafio não é o reconhecimento das culturas marginalizadas pelos cânones acadêmicos, mas antes o acesso aos instrumentos de (re)produção das classes médias e superiores, como a universidade, num contexto de demissão ativa e massiva do Estado.

O “multiculturalismo” americano não é nem um conceito nem uma teoria, nem um movimento social ou político - ainda que pretenda ser tudo isso ao mesmo tempo. É um discurso-écran cujo estatuto intelectual resulta de um gigantesco efeito de alodoxia nacional e internacional<sup>6</sup> que engana tanto aqueles que estão nele como os que não estão. Além do que é um discurso norte-americano, embora pense e se apresente como universal, ao exprimir as contradições específicas da situação de universitários que, afastados de qualquer acesso à esfera pública e submetidos a uma forte diferenciação no seu meio profissional, não têm outro terreno onde investir a sua libido política fora das disputas de campus disfarçadas de epopéias conceituais.

### **As delícias do “reconhecimento cultural”**

O que significa que o “multiculturalismo” leva consigo, para onde quer que seja exportado, três vícios do pensamento nacional norte-americano que são, (a) o “grupismo”, que reifica as divisões sociais, canonizadas pela burocracia estatal, em princípios do conhecimento e da reivindicação política; (b) o populismo, que toma o lugar da análise das estruturas e dos mecanismos de dominação pela celebração da cultura dos dominados e do seu “ponto de vista” -

elevado ao nível de prototeoria em ação; (c) o moralismo, que é um obstáculo à aplicação de um materialismo racional sadio na análise do mundo social e econômico, condenando-nos a um debate sem efeito nem fim sobre o necessário “reconhecimento das identidades” enquanto, na triste realidade do quotidiano, o problema não se situa de forma alguma nesse nível<sup>7</sup>. Enquanto os filósofos se deliciam doutamente com o “reconhecimento cultural”, dezenas de milhares de crianças de classes e etnias dominadas são excluídas das escolas primárias por falta de vagas (eram 25.000 só este ano, na cidade de Los Angeles), e um jovem em cada dez provenientes de famílias que ganham menos de 15.000 dólares anuais tem acesso aos campi universitários, contra 94% das crianças de famílias que dispõem de mais de 100 000 dólares.

Poder-se-ia fazer a mesma demonstração a propósito da noção fortemente polissêmica de “globalização”, que tem como efeito, se não como função, vestir de ecumenismo cultural ou de fatalismo economista os efeitos do imperialismo norte-americano e de fazer aparecer uma relação de força transnacional como uma necessidade natural. No termo de um retorno simbólico baseado na naturalização dos esquemas do pensamento neoliberal cuja dominação se impõe há vinte anos graças ao trabalho dos think tanks (bancos de idéias) conservadores e dos seus aliados nos campos político e jornalístico<sup>8</sup>, a moldagem das relações sociais e das práticas culturais conforme o padrão norte-americano, imposta às sociedades

<sup>7</sup> Assim como a globalização das trocas materiais e simbólicas, a diversidade das culturas não data do século actual, já que ela é co-extensiva à história da humanidade, como haviam observado já Émile Durkheim e Marcel Mauss na sua “*Note sur la notion de civilisation*” (*Année sociologique*, nº 12, 1913, p. 46-50, III vol., Éditions de Minuit, Paris, 1968).

<sup>8</sup> Cf. DIXON, Keith. *Les Évangélistes du marché*. Raisons d'agir Éditions, Paris, 1998.

<sup>6</sup> Alodoxia: o fato de tomar uma coisa por outra.

avançadas através da pauperização do Estado, mercantilização dos bens públicos e generalização da insegurança salarial, é aceita com resignação como resultado obrigatório das evoluções nacionais, quando não é celebrada com um entusiasmo de carneirinhos. A análise empírica da evolução das economias avançadas de longa duração sugere no entanto que a “globalização” não é uma nova fase do capitalismo, mas antes uma “retórica” invocada pelos governos para justificar a sua submissão voluntária aos mercados financeiros. A desindustrialização, o crescimento das desigualdades e a contradição das políticas sociais, longe de serem a consequência fatal do crescimento das trocas externas, como habitualmente se diz, resultam de decisões de política interna que refletem a mudança das relações de classe a favor dos proprietários do capital<sup>9</sup>.

#### A reformatação do mundo

Ao imporem ao resto do mundo categorias de percepção homólogas às suas estruturas sociais, os Estados Unidos reformatam o mundo à sua imagem: a colonização mental operada através da difusão desses verdadeiros-falsos conceitos apenas pode conduzir a uma espécie de “Consenso de Washington” generalizado, e até espontâneo, como se pode observar correntemente em matéria de economia, de filantropia ou de ensino de. Efetivamente, esse discurso duplo fundamentado na crença que imita a ciência, sobrepondo ao fantasma social do dominante a aparência da razão (especialmente econômica e politológica), é dotado do poder de realizar realidades que pretende descrever segundo o

princípio da profecia auto-realizadora: presente nos espíritos daqueles que tomam decisões políticas ou econômicas e de seus públicos, ele serve de instrumento de construção de políticas públicas e privadas, ao mesmo tempo que é instrumento de avaliação dessas políticas. Como todas as mitologias da idade da ciência, a nova vulgata planetária apóia-se numa série de oposições e equivalências, que se sustentam e contrapõem, para descrever as transformações contemporâneas das sociedades avançadas: desinvestimento econômico do Estado e ênfase nas suas componentes policiais e penais, desregulação dos fluxos financeiros e desorganização do mercado de trabalho, redução das proteções sociais e celebração moralizadora da “responsabilidade individual”:

MERCADO	ESTADO
liberdade	Coerção
aberto	Fechado
flexível	Rígido
dinâmico, móvel	imóvel, paralisado
futuro, novidade	passado, ultrapassado
crescimento	imobilismo, arcaísmo
indivíduo, individualismo	grupo, coletivismo
diversidade, autenticidade	uniformidade, artificialidade
democrático	autocrático (“totalitário”)

O imperialismo da razão neoliberal encontra a sua realização intelectual em duas novas figuras exemplares da produção cultural. Primeiramente o especialista que prepara, na sombra dos bastidores ministeriais ou patronais ou no segredo dos *think tanks* (bancos de idéias), documentos de um forte cunho técnico, e tanto quanto possível construídos em linguagem econômica e matemática. De seguida, o conselheiro em comunicação do príncipe, trãnsfuga do mundo universitário agora ao serviço dos dominantes, cujo serviço é dar forma acadêmica aos projetos políticos da nova nobreza de Estado e da empresa. O modelo planetário e incontestado é o do sociólogo britânico Anthony Giddens, professor da Universidade de Cambridge, agora à frente da London School of Economics e pai da “teoria da estruturação”, síntese escolástica de

<sup>9</sup> Em relação à “globalização” como “projecto norte-americano” visando a impor o conceito de “valor-acionário” da empresa, ler, de Neil Fligstein, “Rhétorique et réalités de la “mondialisation”, Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, nº 119, setembro de 1997, p. 36-47.

diversas tradições sociológicas e filosóficas.

### **Um cavalo de Tróia de duas cabeças**

Pode perceber-se a encarnação por excelência do estratagema da razão imperialista no fato de que é a Grã-Bretanha, posta por razões históricas, culturais e lingüísticas em posição intermediária, neutra, entre os Estados Unidos e a Europa continental, que fornece ao mundo esse cavalo de Tróia de duas cabeças - uma política e a outra intelectual - na pessoa dual de Anthony Blair e Anthony Giddens, “teórico” autoproclamado da “terceira via”, que afirma, textualmente, que “adoto uma atitude positiva em relação à globalização”; “tento [sic] reagir às novas formas de desigualdades”, advertindo logo, porém, que “os pobres de hoje não são semelhantes aos de ontem, (...) assim como os ricos não se parecem mais com aqueles que no passado o foram”; “aceito a idéia de que os sistemas de proteção social existentes, e a estrutura do conjunto do Estado, são a fonte dos problemas, e não apenas a solução para resolvê-los”; “ênfatico o fato de que as políticas econômicas e sociais se encontram relacionadas”, para afirmar ainda que “as despesas sociais devem ser avaliadas ao nível das suas conseqüências para a economia no seu conjunto”, e, finalmente, “preocupo-me com os mecanismos de exclusão” que descobre “na base da sociedade, mas também no topo [sic]”, convencido de que “redefinir a desigualdade em relação à exclusão nesses dois níveis” é “conforme a uma concepção dinâmica da desigualdade”<sup>10</sup>.

Os mestres da economia podem dormir tranquilos pois encontraram o seu Pangloss.

---

Tradução de Teresa Van Acker; revisão de Rui Bebiano.

**Pierre Bourdieu**, sociólogo francês, autor de *A Reprodução – Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino; Razões Práticas; Economia das Trocas Simbólicas*, entre outros.

**Löïc Wacquant**, sociólogo francês, é autor de *As Prisões da Miséria; Punir os Pobres*, entre outros.

---

<sup>10</sup> Estes trechos foram retirados do catálogo de definições escolares de suas teorias e opiniões políticas que Anthony Giddens propôs ao programa “FAQs (Frequently Asked Questions)”, no seu site na Internet.